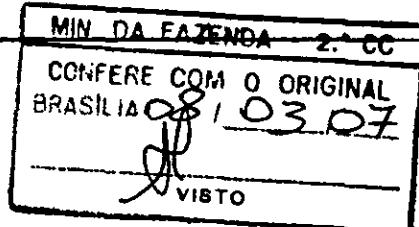




MINISTÉRIO DA FAZENDA  
SEGUNDO CONSELHO DE CONTRIBUINTE  
TERCEIRA CÂMARA

Processo nº 11543.002788/00-88  
Recurso nº 135.010 Voluntário  
Matéria PIS - Auto de Infração  
Acórdão nº 203-11.443  
Sessão de 20 de outubro de 2006  
Recorrente DISTRIBUIDORA DE BEBIDAS MOULIN LTDA.  
Recorrida DRJ-RIO DE JANEIRO/RJ



Assunto: Contribuição para o PIS/Pasep

Período de apuração: 30/06/1995 a 30/09/1995,  
30/11/1995 a 31/12/1995 e 31/01/1996 a 28/02/1996

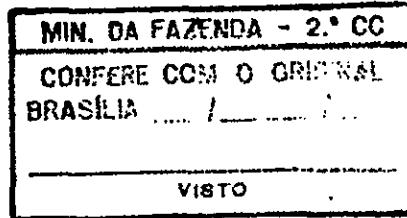
Ementa: PIS. SEMESTRALIDADE. BASE DE CÁLCULO. A base de cálculo da Contribuição para o PIS, até 29/02/1996, é, segundo a interpretação do parágrafo único do art. 6º, da Lei Complementar nº 7/70, dada pelo STJ e pela CSRF, o faturamento do sexto mês anterior ao da ocorrência do fato gerador.

Recurso provido em parte.

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos de recurso interposto por:  
DISTRIBUIDORA DE BEBIDAS MOULIN LTDA.

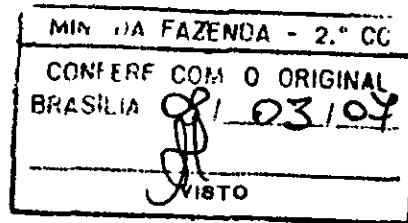
ACORDAM os Membros da TERCEIRA CÂMARA do SEGUNDO CONSELHO DE CONTRIBUINTE, por unanimidade de votos, em dar provimento parcial ao recurso para acolher a semestralidade.

*Antônio Bezerra Neto*  
ANTONIO BEZERRA NETO  
Presidente  
*Odassi Guerzoni Filho*  
ODASSI GUERZONI FILHO  
Relator



Participaram, ainda, do presente julgamento, os Conselheiros Emanuel Carlos Dantas de Assis, Cesar Piantavigna, Sílvia de Brito Oliveira, Valdemar Ludvig, Eric Moraes de Castro e Silva e Dalton Cesar Cordeiro de Miranda.

Eaal/inp



P.

MIN DA FAZENDA - 2.º CC
CONFIRA COM O ORIGINAL
ARACHUA OF! 03/09
VISTO

CC02/CO3  
Fls. 75

## Relatório

Por bem descrever a matéria de que trata este processo, adoto e transcrevo, a seguir, o relatório que compõe a decisão recorrida de fls. 43/48.

"(...)

*Versa o presente processo de Auto de Infração lavrado em nome do contribuinte Distribuidora de Bebidas Moulin LTDA, CNPJ nº 27178045/0001-07, pertinente a falta de recolhimento da Contribuição para o Programa de Integração Social - PIS de junho de 1995 a setembro de 1995 e de novembro/1995 a fevereiro/1996, conforme elementos acostados às fls. 23/29, no valor de R\$ 14.369,51, incluindo principal, multa de ofício e juros de mora calculados até 31/08/2000.*

*Na Descrição dos Fatos (fls 24), a autoridade fiscal que procedeu aos trabalhos de apuração do lançamento esclarece que apurou falta de recolhimento da Contribuição para o Programa de Integração Social - PIS, em virtude da empresa ter declarado os valores do PIS a recolher, calculados à alíquota de 0,65% prevista nos DL 2445/88 e 2449/88. Com a declaração de constitucionalidade destes DL, por decisão definitiva do STF, o PIS passou a ser devido na forma LC 07/70, onde a base de cálculo é o faturamento e a alíquota é de 0,75%.*

*O enquadramento legal da presente autuação foi:*

- o artigo 3º, alínea "b" da Lei Complementar nº 7/70, art. 1º, parágrafo único da Lei Complementar nº 17/73, Título 5, capítulo 1, seção 1, alínea "b", itens I e II, do Regulamento do PIS/PASEP, aprovado pela Portaria MF nº 142/82.
- o artigo 2º, inciso I, art. 3º, 8º, inciso I, e 9º, da Medida Provisória nº 1212/95 e suas reedições, convalidadas pela Lei nº 9715/98;

*Irresignado com o lançamento consubstanciado no Auto de Infração em comento, o interessado apresentou a peça impugnatória de fls. 31/33. Alegou, em síntese, que:*

- 1)A base de cálculo utilizada pelo fiscal autuante diverge da insculpida na LC nº 7/70, para os meses de 06/95 a 09/95 e de 11/95 a 02/96;
- 2)A alíquota de 0,75% aplicada é correta e está em consonância com a LC nº 07/70;
- 3)A correta base de cálculo do PIS está definida no art. 6º, §único da referida Lei e que a mesma corresponde ao faturamento do sexto mês anterior ao do recolhimento e não ao faturamento do mês de competência, conforme já decidiu o Egrégio 1º Conselho de Contribuintes;
- 4)O lançamento fiscal utilizou como base de cálculo do tributo o mês de competência, devendo, portanto, ser cancelado;
- 5)A multa aplicada e os juros moratórios não podem prosperar visto serem acessórios de obrigação principal indevida;

É o relatório."

O julgamento de primeira instância foi no sentido de negar provimento à impugnação e o Acórdão DRJ/RIO DE JANEIRO-RJ nº 7.844, 11 de março de 2005, está assim ementado:

"*Ementa: PRAZO DE RECOLHIMENTO. BASE DE CÁLCULO. SEIS MESES.*"

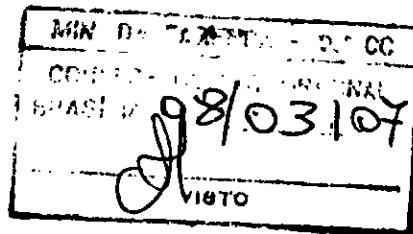
*O art. 6º, parágrafo único, da LC nº 07/70 versa sobre o prazo de recolhimento da contribuição não devendo prevalecer o entendimento de que havia separação de seis meses entre o fato gerador da exação e a sua base de cálculo.*

*Lançamento procedente.*"

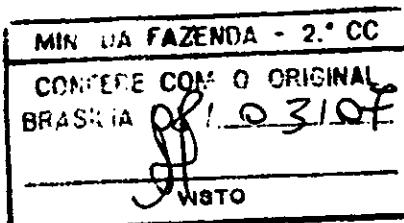
Cientificada da decisão em 09/05/2005 conforme Aviso de Recebimento (AR) à fl. 53, interpôs recurso voluntário a este Conselho em 8 de junho de 2005 (fls. 54/61), onde reitera a argumentação já apresentada na impugnação, acrescentando outros acórdãos deste Colegiado e mencionando o resultado do julgamento do RESP 144.708-RS, pelo STJ.

À fl. 67 consta o arrolamento de bens para seguimento do recurso.

É o Relatório.



l



## Voto

Conselheiro ODASSI GUERZONI FILHO, Relator

### Semestralidade

Entende a DRF de Vitória/ES, no que está acompanhada pela DRJ do Rio de Janeiro/RJ, que o parágrafo único do artigo 6º da Lei Complementar nº 7, de 1970, tratou de prazo de recolhimento, e que, portanto, o fato gerador da contribuição do PIS de determinado mês tem como base de cálculo o faturamento daquele mesmo mês. Diferentemente, entende o sujeito passivo que o referido dispositivo tratou de base de cálculo, de modo que podemos resumir tais diferenças de opiniões na tabela abaixo:

Entendimento	O PIS devido no mês de:	Tem como fato gerador o mês de:	E, como base de cálculo, o faturamento do mês de:
DRF e DRJ	Julho de 19x1	Janeiro de 19x1	Janeiro de 19x1
Sujeito Passivo	Julho de 19x1	Janeiro de 19x1	Julho de 19x0

O sujeito passivo funda seu entendimento em decisões do Conselho de Contribuintes e em decisões do STJ.

A referida tese da "semestralidade" – assim entendida como sendo a base de cálculo do PIS, até 29 de fevereiro de 1996<sup>1</sup>, é calculada com base no faturamento do sexto mês anterior ao da ocorrência do fato gerador - é matéria pacificada nesta Terceira Câmara, em função até de várias decisões do Superior Tribunal de Justiça e da Câmara Superior de Recursos Fiscais nesse sentido.

Embora, adianto, vá, ao final, votar no sentido de acompanhar a jurisprudência dessa Câmara, curvando-me a tal entendimento, não posso deixar de consignar a minha opinião em sentido divergente.

Por mais que eu leia o indigitado o artigo 6º da Lei Complementar nº 7/70 e alguns dos atos reguladores a ele relacionados - sempre tentando compreender a lógica que levou ao entendimento ao final aparentemente consagrado - não consigo extrair outro entendimento que não o de que, quando da instituição da contribuição ao PIS, foi dada ao contribuinte a oportunidade de recolhê-la aos cofres públicos somente após seis meses a sua instituição. Em outras palavras, quando o referido dispositivo e seu parágrafo único especificaram que a primeira contribuição seria "processada" mensalmente pelas empresas a partir de 1º de julho de 1971 e que a contribuição de julho seria calculada com base no faturamento de janeiro, e, assim, sucessivamente, só poderia estar se referindo à contribuição de julho de 1971 e à base de cálculo e ao faturamento de janeiro de 1971; não a um fato gerador de janeiro de 1971, cuja base de cálculo (que serviria para a quantificação da contribuição) se basearia no faturamento de seis meses atrás, ou seja, de julho de 1970.

<sup>1</sup> Somente a partir de 1º de março de 2006 passou a vigorar a MP 1.212, de 28/11/1995.

Assim, para mim – e para todos os que vivenciaram na prática a instituição da sistemática de recolhimento do PIS nos idos de 1971, calculando os valores, preenchendo a máquina de escrever as guias de recolhimento denominadas “Documento Único de Arrecadação”, e recolhendo-as nas agências bancárias – nunca houve dúvida de que o primeiro recolhimento, efetuado no dia 10 de julho de 1971, teve como fato gerador o mês de janeiro de 1971 e como base de cálculo o faturamento do mesmo mês de janeiro de 1971.

Divirjo dos que entendem que, por não trazer o prazo de vencimento, o parágrafo único do art. 6º da LC 7/70 cuidara de base de cálculo. O fato de tal definição ter surgido apenas no mês de maio do ano seguinte à edição da LC 7/70, às vésperas do primeiro recolhimento, por meio da Norma de Serviço CEF- PIS nº 2, de 27 de maio de 1971, item “3.3” (*As contribuições de que trata este item deverão ser recolhidas à rede bancária autorizada até o dia 10 (dez) de cada mês*”), não pode ser o motivo para o completo desvirtuamento do real significado da norma legal.

Reconheça-se, é verdade, que a linguagem adotada pela LC nº 7/70 se mostrou incompatível com os elementos jurídicos envolvidos, porém, nunca se referiu ao momento da ocorrência do fato gerador da contribuição. Em outras palavras, a mim soa totalmente ilógica a formulação – baseada numa interpretação literal e isolada - de que o critério material da hipótese de incidência esteja completamente desvinculado do seu critério quantitativo. O fato gerador da obrigação, no caso da LC 7/70, era a ocorrência do faturamento de determinado mês e a base de cálculo era o próprio faturamento daquele mês; não o de seis meses atrás.

Feito o registro, direciono o meu voto no sentido de acolher a argumentação da interessada, considerando como aplicável durante o período da autuação, que vai até 29 de fevereiro de 1996, a “*tese da semestralidade*” da base de cálculo do PIS, de modo que a contribuição exigida pelo presente auto de infração deve ser calculada de modo a refletir os efeitos decorrentes, qual seja, a contribuição de determinado mês tem com base de cálculo o faturamento de seis meses atrás, sem correção monetária.

Sala das Sessões, em 20 de outubro de 2006

ODASSI GUERZONI FILHO

